

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: TENSÕES E DESAFIOS

Suzyneide Soares Dantas <sup>1</sup>  
Marcos André José Valcácio <sup>2</sup>

### RESUMO

O processo educacional inclusivo de estudantes com necessidades educacionais específicas na Educação Profissional e Tecnológica tem sido repleto de tensões e desafios na efetivação em defesa da educação das diferenças. A Constituição Federal do Brasil de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDB 9394/96 fala-nos que, aprender deve ser um direito de todos, indistintamente. Sacristán (2000) nos diz que, uma escola descomprometida com o aprender de todos os seus estudantes traz uma proposta irreal de educação. Este artigo tem por objetivo discutir de forma reflexiva a educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica tendo em vista as tensões e os desafios existentes nesse cenário de formação. Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, recorrendo a autores como Godói, Galasso e Miosso (2008), Jiménez (1997), Mazzota (2005) entre outros. Os estudos revelaram, que é preciso acreditar e realimentar a perspectiva de uma escola aberta à diferenciação, à diversidade e à inclusão, em que todos os estudantes possam construir, apropriar-se e compartilhar saberes sem reservas. Enfim, as pesquisas indicaram que, as tensões e os desafios da educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica estão entrelaçados a uma rede de ressignificação no pensar e de agir, compreendendo a educação das diferenças em que as limitações, não sejam acompanhadas de eventuais estigmas a elas associadas. Mas que seja percebida como possibilidades de descolamentos e ações, em que a escola se configure como espaço de ensino e aprendizagem a todos os envolvidos.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Estudantes com necessidades educacionais específicas, Educação Profissional e Tecnológica.

### INTRODUÇÃO

A educação escolar busca de maneira crescente, privilegiar uma educação inclusiva que venha favorecer um movimento com base no princípio legal de uma educação de qualidade para todos, sem nenhum tipo de discriminação, conforme defendida na LDB 9394/96.

No Brasil, esse movimento teve seu contexto oficializado por pesquisadores e técnicos de Secretarias, sem uma ação planejada de sensibilização da comunidade escolar como também da sociedade, o que gerou insegurança e um despreparo do grupo envolvido com o projeto de educação inclusiva (BEYER, 2005).

A inclusão de pessoas com necessidades específicas, em diversos setores da sociedade, tem suscitado muita polêmica, principalmente no sistema educacional brasileiro, por conta da complexidade que envolve os fatores a sua implantação no sistema educacional. No contexto

---

<sup>1</sup>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. amigopaz1234@gmail.com.

<sup>2</sup>Universidade Federal da Paraíba. marcos@dcx.ufpb.br.

educacional, a ideia de inclusão foi fruto de um momento dentro da história com transformações que envolvem aspectos políticos, culturais, sociais e filosóficos.

O processo educativo inclusivo assume uma função social emergente, na perspectiva de possibilitar aos envolvidos o direito do exercício da cidadania defendida na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Art.5. “Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza(...)”. Mas nem sempre o discurso democrático corresponde à prática das interações humanas. Alguns segmentos da comunidade permanecem à margem, discriminados, exigindo ordenamentos sociais específicos, que lhes garantam o exercício dos direitos e deveres. É o que acontece com as pessoas com necessidades educacionais específicas.

Este novo paradigma educacional foi consolidado no Brasil a partir da década de 90, com as medidas adotadas pelos órgãos responsáveis pelas políticas educacionais brasileiras na área da educação especial. Entre essas medidas, encontra-se a Resolução n.2, de 2001, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, por definir de forma mais precisa e detalhada as orientações para o atendimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais na educação básica.

Na Declaração de Salamanca (1994), os profissionais da Educação Especial começaram a utilizar a expressão “educação inclusiva” para indicar tal movimento, partindo da perspectiva que a inclusão deve ser percebida como uma responsabilidade coletiva, ao afirmar que “(...) todos são responsáveis pelo êxito ou fracasso escolar de um estudante. O corpo docente, e não cada professor, deverá partilhar a responsabilidade do ensino ministrado a estudantes com necessidades especiais(...)”. (p.35).

Stainback e Stainback (1999, p.21) define a educação inclusiva como “a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural- em escolas e sala de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas.” Jiménez (1997) acrescenta, a prática da inclusão mobiliza a escola da homogeneidade para a escola da heterogeneidade, ou seja, escola de todos para todos.

González (2002) enfatiza que os profissionais envolvidos no processo educativo inclusivo têm muito a aprender e a reaprender com a prática educativa voltada ao estudante com deficiência, ao estudante com necessidades educacionais específicas. Para tanto, requer desses profissionais elementos constitutivos como, interação e cooperação, diante dos desafios que constituía inclusão do estudante com deficiência na educação profissional e tecnológica, utilizando reforços de autoestima, reconhecimento e aceitação, fortalecendo as expectativas positivas desse estudante em que, a diferença possa ser vista como componente da normalidade.

Do ponto de vista educacional, a pessoa com deficiência, é, antes de tudo, um estudante como qualquer outro que, apesar da condição orgânica peculiar que lhe impõe algumas limitações no processo de desenvolvimento e aprendizagem, é alguém que pode ser percebido como semelhante aos demais sob quase todos os aspectos. O que a faz diferente dos outros, muitas vezes, limita-se mais ao plano físico e motor.

A Educação Profissional e Tecnológica tem uma importante contribuição no cenário formativo da educação inclusiva. A Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDB) com a finalidade precípua de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. Para tanto, abrange cursos de qualificação, habilitação técnica e tecnológica, e de pós-graduação, organizados de forma a propiciar o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

A Educação Profissional e Tecnológica prevê, ainda, integração com os diferentes níveis e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Com esta concepção, a LDB situa a Educação Profissional e Tecnológica na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Isso a coloca em uma posição privilegiada, conforme determina o Art. 227 da Constituição Federal, ao incluir o direito a “educação” e a “profissionalização” como dois dos direitos que devem ser garantidos “com absoluta prioridade”.

Nessa perspectiva, este artigo se propõe a discutir sobre as tensões e desafios da educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica como educação das diferenças, uma construção coletiva, utilizando a pesquisa bibliográfica, a partir de referenciais teóricos pertinentes, promovendo uma discussão reflexiva sobre a temática em questão, revelando as possibilidades de abertura de caminhos para uma educação de qualidade com dignidade para todas as pessoas.

## **METODOLOGIA**

Adotou-se como metodologia da trabalho a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório para discutir a problemática da educação inclusiva na educação profissional e tecnológica, a partir de referenciais teóricos pertinentes, objetivando conhecer e discutir as contribuições científicas existentes sobre a temática e, dessa forma, promover um diálogo reflexivo a partir dos desafios e tensões identificados nesse cenário formativo.

Gil (2002) enfatiza que a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório tem como objetivo proporcionar familiaridade com o problema, tornando-o o mais explícito ou a constituir hipóteses/questionamentos.

Pode-se dizer que estas pesquisas tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou de descoberta/. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p.41)

A pesquisa bibliográfica estabeleceu o marco teórico a ser discutido, possibilitando uma aproximação conceitual, desenvolvida a partir de uma base teórica pertinente, a partir de referenciais como: Bayer (2005), Correia (1999), Godói, Galasso e Miosso (2008), González (2002), Jiménez (1997) entre outros.

O acervo referenciado possibilitou a obtenção de informações e a construção de conhecimentos que contribuíram de forma significativa para obtenção dos objetivos propostos nesse estudo, permitindo a cobertura do fenômeno, possibilitando, dessa forma, a sua análise e discussão.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A educação é uma questão de direito humano. As pessoas com deficiências têm direito a educação profissional e tecnológica, que por sua vez, precisa rever o seu trabalho pedagógico, através de discussões e debates, para que ocorra, de forma efetiva, a educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica dos estudantes com necessidades educacionais específicas.

A Conferência Mundial em defesa da Educação para Todos, de 1994, promovida pela da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - sobre Necessidades Educacionais Especiais, define o ensino inclusivo, em sentido amplo, como

(...) o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural - em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas. (STAINBACK, W.; STAINBACK, S., 1999).

Os pesquisadores acrescentam,

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm oportunidade de preparar-se para a vida em comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social. (idem).

Os estudos realizados, revelaram que, tradicionalmente, a educação escolar destinada às pessoas que com deficiências era realizada de forma separada daquelas considerados normais. Tal fato decorria, muitas vezes, da percepção que as pessoas tinham sobre deficiência. A deficiência era percebida como doença pelos profissionais da educação assim como, da própria pessoa deficiente que se via como um ser incapaz de aprender como os demais.

Nesse cenário de compreensão da educação escolar, dois sistemas foram formados: regular e o especial, envolvendo pressupostos político-educacionais específicos, e, conseqüentemente estudantes diversos. O sistema regular era destinado as pessoas percebidas como normais e , o sistema especial, para as pessoas percebidas como deficientes.

No entanto, reconheceu-se, com o passar dos anos, que esse modelo não conduzia, de forma geral, ao atendimento das necessidades reais do estudante com necessidades educacionais específicas. Gradativamente, começou a emergir o reconhecimento da importância de uma fusão dos dois sistemas (regular e especial), formando um sistema único capaz de atender às necessidades educacionais específicas dos estudantes.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, Tailândia, em 1990, constatou a persistência de inúmeras dificuldades relacionadas à garantia do direito à educação, apesar de que, as pessoas com deficiência são cidadãos de direitos, independentemente do tipo de deficiência que possuam, no artigo Art.5º. No Art.6º, referente ao ambiente adequado à aprendizagem, fica clara e ideia da provisão abrangente e coordenada de serviços e assistência em nutrição, cuidados médicos e apoio físico e emocional.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais (1994), expressa, na Declaração de Salamanca, princípios, política e prática as necessidades educativas especiais. Como parte integrante da Declaração de Salamanca, constam as Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais cujo objetivo é orientar as práticas inclusivas de pessoas com deficiência, independentemente das condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou quaisquer outras.

A Declaração de Salamanca (1994, p.25) estabelece os seguintes aspectos a considerar:

- o princípio da igualdade de oportunidades;

- adoção de medidas paralelas e complementares à educacionais, nos outros campos de ação social (saúde, bem-estar social, trabalho etc);
- inclusão das crianças com deficiência nos planos nacionais de Educação para Todos;
- especial atenção às necessidades de crianças com deficiências graves ou múltiplas;
- consideração da importância da linguagem de sinais como meio de comunicação dos surdos, de modo a lhes assegurar acesso à linguagem de sinais de seus países;
- reabilitação baseada na comunidade;
- ação coordenada entre os responsáveis pelo ensino e os responsáveis pela saúde e assistência social de organizações tanto governamentais como não-governamentais.

Além disso, a Declaração de Salamanca (1994) aprova os princípios norteadores da educação para todos: o reconhecimento das diferenças, o atendimento às necessidades de cada um, a promoção da aprendizagem, o reconhecimento da importância de “escolas para todos” e a formação dos professores.

Os aspectos político-ideológicos presentes nos princípios desta declaração têm, como base, a perspectiva de um mundo inclusivo, onde todos têm direito à participação na sociedade, em busca da realização da democracia tão almejada. Ou seja, a democracia como processo em prol da coletividade, ampliando o acesso a direitos, garantindo a plena participação dentro de regras claras e aplicáveis a todos, independentemente de raça, cor, sexo, religião e origem social.

Considerando o contexto político, econômico, social e educacional brasileiro, a proposta inovadora de Educação Inclusiva, muitas vezes, ocorre através da importação de conceitos e práticas que, em vez de possibilitarem um avanço, uma alternativa, acabam por se tornar mais uma experiência frustrada.

No entanto, o processo de democratização da educação significa propiciar a todos, o acesso e a permanência na escola. O sistema educacional brasileiro precisa saber não só lidar com as desigualdades sociais, como também com as diferenças. Então, precisa ainda saber associar o acesso à permanência com qualidade e equidade.

As pessoas com necessidades educacionais específicas precisam ter acesso e permanência na escola assegurados. Há vários dispositivos legais que reafirmam o direito educacional as pessoas com deficiência. Direitos garantidos, uma vez que todos os documentos legais, até o momento, afirmam o princípio da não-discriminação.

De acordo com os documentos oficiais, para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, sem discriminação, torna-se evidente a necessidade da sua aplicação, com urgência. Porém, existe uma triste realidade de exclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas como consequência de características excludentes e separatistas que são marcantes na sociedade.

A formação econômico-social brasileira exige e cultua a produtividade, a eficiência e a competição. Sob esse aspecto, como é visto a pessoa que traz o estigma da deficiência, ou seja, da não-eficiência? Parece evidente que o problema recai sobre a visão que a sociedade ainda tem a respeito das pessoas com deficiência: a valorização de sua não-eficiência.

No sistema capitalista do lucro é suficiente para justificar a exclusão de investimentos na educação da pessoa com necessidades educacionais específicas porque o retorno não se manifesta de maneira imediata em mais-valia. As atitudes discriminatórias prejudicam o ingresso das pessoas com deficiência no sistema educacional. No entanto, os pesquisadores são unânimes em afirmar que, a heterogeneidade é o caminho no processo de aprendizagem. Porém, embora existam documentos oficiais que são fundamentais para o avanço desse processo de inclusão na Educação Profissional e Tecnológica, ainda há muito a ser feito.

A implementação de políticas e práticas de ensino que se traduzam na inclusão, na participação e na construção da cidadania são elementos essenciais para a efetivação de uma educação democrática. As tensões e os desafios estão postos na luta por uma educação de qualidade a todos, por uma escola inclusiva que satisfaça as necessidades educacionais de todos os estudantes.

Portanto, a proposta de uma educação em que as pessoas com necessidades educacionais específicas tenham acesso e permanência na Educação Profissional e Tecnológica, baseia-se no princípio fundamental, Educação para Todos.

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser redefinida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as pessoas, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais. (UNESCO, 1994)

Mader (1997, p.47) enfatiza que,

Um novo paradigma está nascendo, um paradigma que considera a diferença como algo inerente na relação entre os seres humanos. Cada vez mais a

diversidade está sendo vista como algo natural. O estar junto no cotidiano vai ensinando a todos o respeito às diferenças e a aceitação das limitações.

Os estudos revelaram que a escola inclusiva deve ser àquela promotora do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos estudantes com necessidades educacionais específicas, facilitando a sua integração na sociedade como membros ativos, participativos. Para tanto, é imprescindível que a pessoa com deficiência seja vista com sujeito atuante, capaz, principalmente, apto a aprender a aprender.

Carvalho (1997) enfatiza que, de forma ainda muito elementar, foi percebido que a escola que deve se adaptar às condições dos estudantes, e não o contrário. Reconhece também que, não existe estudante que não aprende. Quando um estudante não está conseguindo aprender, os professores devem procurar aprofundar estudos, buscando analisar e mudar as suas próprias atitudes, as suas estratégias de ensino, até que obtenham êxito na função a que se propõem. Tais mudanças extrapolam os limites da escola, envolvendo aspectos éticos, filosóficos, sociais e legais.

Coll (1995) apresenta algumas das principais tendências que favorecem essas mudanças: a deficiência não pode ser mais percebida como uma categoria com perfis estáveis, sendo estabelecida em função da resposta educacional e significando que a escola pode intervir no que diz respeito ao desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas; os estudantes com deficiências não devem ser agrupados como pessoas com déficits semelhantes, tendo em vista o fato de que no seu desenvolvimento evolutivo e na sua história de vida (incluindo aí também a sua experiência educacional) diferem bastante entre si; a reavaliação dos instrumentos de avaliação quantitativos e das estratégias de aprendizagem utilizadas, tem contribuído para modificar as concepções clássicas da deficiência e situá-las no âmbito das demandas educacionais e das possibilidades de aprendizagem; o aumento e a divulgação das experiências integrativas bem sucedidas em vários países criaram um clima mais propício a essa nova perspectiva entre outras.

Destaca-se ainda, a maior sensibilidade da sociedade em relação a uma educação baseada em pressupostos integradores, decorrentes da pressão advinda dos pais, das associações de deficientes que saíram em busca dos seus direitos e dos movimentos sociais mais gerais que defendem os direitos humanos dos grupos minoritários.

O papel dos profissionais da educação envolvidos no processo formativo do estudante com necessidades educacionais específicas tem influência marcante no seu desenvolvimento e

sua aprendizagem. É necessário que ele, como afirma Godoi, Galasso e Miosso (2008), centre-se em suas capacidades e não em suas limitações.

Embora o professor seja o principal elemento na construção do processo de ensino-aprendizagem do estudante com necessidades educacionais específicas, Brasil (1994, p.224) enfatiza que, em função da diversidade dos problemas que podem estar presentes, a educação escolar desses estudantes “terá de ser sempre um trabalho em equipe, na qual o professor atue em estreita colaboração com outros profissionais”. Isso decorre do fato de que, no que diz respeito aos estudantes com necessidades educacionais específicas, estão envolvidas questões relacionadas ao desenvolvimento e à aprendizagem, para as quais serão necessárias a articulação entre os profissionais envolvidos no processo educativo.

Verifica-se que os desafios a enfrentar com o estudante que se encontra nessa condição, é de natureza multifacetada e que, qualquer investida no sentido de efetivar a educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica, requer a incorporação de elementos distintos, construídos para reestruturar uma nova estrutura organizacional educacional e formativa, na qual desaparecem os elementos iniciais (próprios da deficiência), tal qual eles foram originariamente criados.

Dessa forma, o processo educacional numa perspectiva inclusiva, promove a ressignificação da educação escolar em *prol* de todos os estudantes, com deficiências ou não, dedicada ao desenvolvimento de novas maneiras de se ensinar, a partir da compreensão de que existe várias maneiras de aprender, a partir das especificidades de cada estudante sendo portanto, compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos.

Wocken (2003) e Beyer(2005) estabelecem dois princípios pedagógicos para auxiliar na implementação o processo educacional inclusivo respeitando o estudante em suas limitações motoras, de linguagem e cognitivas: o princípio da individualização do ensino e de que o processo educacional inclusivo não é ação de apenas um profissional.

O primeiro princípio, imprescindível, é o da individualização do ensino. Não há como dar conta, com determinado nível de qualidade pedagógica, da heterogeneidade de uma educação inclusiva, sem preservar a dimensão individual do ensino. Isto não deve e nem pode significar, a alienação dos estudantes com necessidades educacionais especiais, ou seja, a inclusão excludente.

Em segundo lugar, o processo educacional inclusivo não é ação de apenas um profissional. Seria impossível uma prática inclusiva que fosse conduzida com margem razoável de sucesso através de uma ação isolada. Portanto, para possibilitar com maestria pedagógica com qualidade, onde haja estudantes com necessidades educacionais especiais, é

importante a atuação (concomitante ou não) de mais de um profissional da área em que o estudante se encontre.

Tal fenômeno é observado nas instituições educacionais, via de regra, que os profissionais realizam um trabalho isolado. Está configurado assim um equívoco nas concepções de educação e de escola, já que os atores do processo educacional constituem uma unidade. Dessa forma, no processo educacional inclusivo, o comprometimento do coletivo na interação, no diálogo e na comunhão, contribuem para a construção de uma educação verdadeiramente humanizada, democrática e libertadora.

O que se pretende na atualidade é o que o processo pedagógico se viva a complexidade do/no cotidiano em sua diversidade e riqueza. O que se busca é a constituição de uma prática pedagógica da acessibilidade, dentro da formação ideológica da inclusão. Isso implica pensar uma sociedade sem referenciais determinados, em pensar os sujeitos na sua diferença, dentro de uma formação discursiva que tenha como pressuposto o fato de que os dados se constituem num determinado momento, são históricos, sociais, culturais, não existindo um referencial único, mas uma disposição para ser considerado todas as possibilidades de vida.

Os professores podem se colocar em situação de resistência não consciente ou consciente da educação inclusiva, em particular, dos estudantes com necessidades educacionais específicas no planejamento, nos planos de aula, que não há as especificidades necessárias para esse estudante. A metodologia de ensino, os conteúdos, os prazos, as avaliações, as atividades laboratoriais são elaboradas e executadas para atender o cumprimento dos conteúdos com prazo determinado, comum a todos os estudantes. Apesar dessa atitude adotada pela maioria dos professores, percebeu-se que são sensíveis quanto a questão da inclusão desses estudantes. Verifica-se o esforço para dar uma atenção inclusiva, porém, as dificuldades com as quais se deparam para estes profissionais, dificultam a efetivação do processo.

Mazzotta (2005) esclarece que, de acordo com esses professores, as maiores dificuldades estão na falta de um currículo adaptado, material de apoio especializado e, profissionais qualificados para dar um suporte nesse processo educacional inclusivo na educação profissional técnica. Sendo assim, não há como se programar processos de inclusão que visem oferecer, de fato, uma educação de qualidade, sem efetivos serviços de apoio a prática docente efetuado na Educação Profissional e Tecnológica.

Nesse sentido, pode-se dizer que o ideal de escola inclusiva ainda está longe da realidade esperada.

Estruturas e concepções do passado não devem ser ignoradas ou desprezadas, mas tão pouco deve subsistir de modo viscoso a ponto de impedir o surgimento de novos temas, novas propostas e recursos de ação. Não ficar preso ao passado, mas incorporá-lo na construção do novo, é buscar sólidas alternativas para melhores propostas. (MAZZOTTA, 2005, p. 45)

Na percepção de inclusão dos profissionais envolvidos com o processo educativo inclusivo do estudante com necessidades educacionais específicas tem que ser admitida a ideia de que o processo de inclusão compreenda uma mudança não só estrutural, mas também conceitual. É de suma importância que os profissionais de educação conheçam as implicações do processo educacional inclusivo, para que de fato possam viabilizar uma concepção inclusiva que, em um contexto democrático, transforme a sociedade numa sociedade inclusiva de fato.

Na perspectiva histórico-cultural, as funções da aprendizagem não são funções específicas limitadas à aquisição de habilidades. Elas contêm uma organização intelectual que permite a transferência de um princípio geral descoberto durante a solução de uma situação para outras tarefas ou situações. Nesse processo os aspectos intersíquico e intrapsíquico se articulam possibilitando novas configurações de sentido, portanto, a avaliação do processo de aprendizagem do sujeito exige uma abordagem sistêmica, sendo que a unidade de estudo deve ser a atividade psicológica em toda a sua complexidade.

Na compreensão de Martínez (2005), trabalhar na perspectiva de um contexto educacional inclusivo, na diversidade educativa, exige dos educadores o desenvolvimento de novos conhecimentos, novas competências e muita criatividade, porém, precisamente nesse esforço de experimentação, de fracasso e de acertos, é que a inclusão pode ser efetivamente contruída. É imperioso nessa perspectiva, construir processos de ensino com objetivos, recursos e estratégias diversificadas, para que a aprendizagem ocorra, o que implicaria a transformação de todos os envolvidos.

No processo educacional inclusivo, à medida em que forem proporcionado ao estudante com necessidades educacionais específicas, situações de aprendizagem mais próximas dos seus interesses, privilegiando o processo em detrimento do produto, quanto o erro for constituindo em possibilidades de outras formas de resolver os problemas apresentados, os estudantes demonstraram maior capacidade de concentração, bem como tolerância à frustração.

Outro fator relevante nesse processo encaminha para mudanças nas relações de ensino, sobretudo no que se refere a avaliação. A avaliação precisa romper com práticas classificatórias que tendem a estimular a reprodução mecânica dos conteúdos, privilegiando a competitividade e não o trabalho coletivo. Ela integra o processo educativo e, portanto, deve ser parte dele,

permitindo a participação de todos os envolvidos, com o objetivo de retroalimentar o estudante por meio de monitoramentos constantes e não periódicos.

A avaliação deve ser entendida como parte do processo de planejamento do ensino-aprendizagem, devendo ser, portanto, um instrumento de transformação das práticas instituídas, uma vez que ela é imprescindível para provocar reflexões e com isso permitir a construção de estratégias de ensino que possam promover a aprendizagem de todos.

Enfim, o estudo apresentado promove uma *reflexão-ação-reflexão* na perspectiva de SHON (2000) em que, o processo educativo inclusivo na Educação Profissional e Tecnológica deve ser percebido pelos profissionais que nela atuam, como um processo de investigação das possibilidades, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos que venham a contribuir no fortalecimento e na sua efetivação.

Enfim, esse estudo atingiu os objetivos propostos, à medida em que revelou nos documentos pesquisados, marcos históricos, as tensões e os desafios, assim como, os caminhos a serem percorridos por cada um dos envolvidos, educadores interessados em desempenhar, adequadamente, o seu papel, que é pedagógico, mas também, político, na formação escolar de estudantes com necessidades educacionais específicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada permitiu compreender os principais dilemas e contradições na proposta pedagógica de inclusão escolar para implementação da educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica obrigatória, em atendimento a legislação vigente nesta área.

Pode-se inferir que, no plano oficial, avançou significativamente, no sentido da assimilação do paradigma inclusivo, enquanto que as escolas e os sistemas educacionais ainda encontram uma série de limitações para implementar as experiências de inclusão escolar dos estudantes com necessidades educacionais específicas na educação profissional e tecnológica.

Atualmente, há uma ansiedade coletiva entre os profissionais da área, nos diferentes sistemas educacionais, em discutir intensamente o processo educacional inclusivo questões “como” implementar de forma plausível e possível, o projeto inclusivo nas instituições de educação profissional e tecnológica.

Neste estudo, identificou-se alguns elementos organizadores da prática educativa na perspectiva da inclusão com o objetivo de promover discussões sobre a implementação e

efetivação de um processo educativo inclusivo para todos os estudantes, em especial, àqueles com necessidades educacionais específicas na Educação Profissional e Tecnológica.

As pesquisas indicaram ainda que, o processo educacional inclusivo no Educação Profissional e Tecnológica é altamente desafiante. Discute-se intensamente a legitimidade do mesmo, não do ponto de vista legal, pois como tal sua legitimidade já existe desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – 9.394/96. A legitimidade que se discute está atrelada à própria história da evolução do processo inclusivo no Brasil desde a década de 90.

No cenário da educação inclusiva na educação profissional e tecnológica, observa-se atitudes céticas e críticas em relação à Lei da inclusão educacional, e por outro, a expectativa e busca por “fórmulas pedagógicas inclusivas”. Constatou-se no presente estudo que, o que existe são princípios a serem trabalhados, investigados e operacionalizados nas diversidades do processo educacional inclusivo das pessoas com necessidades educacionais específicas, na tentativa de adaptar as instituições de ensino e as práticas educativas inclusivas na educação profissional e tecnológica.

Nesse cenário de discussão do processo educacional inclusivo na educação profissional e tecnológica, acredita-se que, apenas foi concluída uma pequena etapa na busca de respostas, sendo possível ainda, levantar várias hipóteses que merecem maior profundidade. Verifica-se, portanto, que há muito a se fazer, em virtude da complexidade do tema envolvido nesse estudo.

Diante dessa perspectiva, alguns pontos precisam ser levados em consideração a partir das discussões provocados nessa pesquisa, assim como, outros a serem abordados em estudos posteriores: necessidade de ressignificação da prática pedagógica e da intencionalidade; comprometimento relacionado as necessidades educacionais específicas para fins educacionais: pesquisa de métodos de ensino compatíveis com o desenvolvimento cognitivo de estudantes com necessidades educacionais específicas na educação profissional e tecnológica.

Além disso, é importante considerar que a inclusão dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica pressupõe políticas públicas inclusivas que considerem o sujeito da aprendizagem em suas especificidades cognitivas, afetivas e sociais, ajudando aos profissionais da instituição de ensino a refletir e assumir o compromisso com a formação escolar de todos os estudantes, colaborando, incentivando-os, propiciando a formação cidadã, que respeita a dignidade e as diferenças humanas.

A Educação Profissional e Tecnológica numa perspectiva inclusiva, possibilitará aos estudantes com necessidades educacionais específicas o sentimento de integração naquele ambiente educacional, promotor de saberes e não, reforçador de preconceitos com as deficiências dos estudantes que ingressaram para obter um título profissional.

Portanto, apesar de haver a necessidade de infraestrutura apropriada a cada estudante com necessidades educacionais específicas, esse estudo revelou que as atitudes diante das necessidades específicas é o fator preponderante nesse processo formativo de ambas as partes, estudante e professor, assim como dos demais atores sociais envolvidos no processo educacional formativo (os colegas, os pais e os demais educadores).

E, dentro de um contexto maior, os profissionais da educação que defendem o processo de inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas na Educação Profissional e Tecnológica deverá acompanhar as posturas internacionais por meio de leis que postulam ações pertinentes cuja implementação é complexa, com o sentimento de determinação por acreditarem na possibilidade de mudanças em *prol* de uma educação de qualidade a todos.

Os estudos realizados nessa pesquisa, reafirma-se que o envolvimento dos profissionais da educação é primordial nesse processo educativo inclusivo no cenário da Educação Profissional e Tecnológica de estudantes com necessidades educacionais específicas. Para tanto, precisam enfrentar os desafios impostos com criatividade e otimismo, o desejo de compreender, de saciar a curiosidade, de explorar o desconhecido. Motivos que mobilizam a investigação permanente, que os mantém interessados em engendrar novas formas de pensar, de agir diante das realidades vivenciadas, encontrando nesse caminho aliados e, confrontando-se com oponentes, sem preconceitos ou amarras, abrindo oportunidades de discussões nesse universo formativo da educação inclusiva no cenário da educação profissional e tecnológica.

Dessa forma, o princípio fundamental do direito de todos à educação precisa ser respaldado no conceito de educação plena, significativa, justa, participativa, mas, na maioria das vezes, em tentativas de generalização que só discute educação a partir e para uma determinada parcela da população.

Há muitas amarras, tensões e desafios a serem enfrentados quando se discute a Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica em que, a retórica de aceitação do diferente não tem conseguido promover movimentos pedagógicos promotores de práticas docentes dialógicas que se efetivem a partir de um o estudante real, e não de um estudante ideal.

Os estudos teóricos evidenciaram que, os caminhos de superação efetiva para exclusão sublimar, que ainda assola na Educação Profissional e Tecnológica são notórios, repletos de contradições entre os discursos governamentais e o contexto educacional. Assim, ao mesmo tempo em que as Institutos de Educação Profissional e Tecnológica abrem suas portas para receber os excluídos, não tem sequer atendido as necessidades educativas básicas daqueles já incluídos, fato denunciado através dos altos índices de repetência e evasão desses educandos.

De acordo com as reflexões provocadas nesse estudo pode-se afirmar que, promover o encontro entre as diferenças por meio do estabelecimento de novos paradigmas pedagógicos, contribuirá de forma significativa para a implementação de uma política de inclusão a partir do reconhecimento das potencialidades daqueles historicamente marginalizados. Esse fato, consiste num importante passo no reconhecimento do direito de todos à educação.

Conclui-se que, estar na caminhada rumo a uma educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica trata-se de um desafio de grande dimensão mas de viabilidade plena e, por que não dizer, necessária. As tensões e desafios são inúmeros, muitos deles antigos e ainda sem solução. Portanto, identifica-se as seguintes tensões e desafios:

- Precisa-se criar novas formas para lidar com o processo educacional na perspectiva inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica, pois, as pesquisas tem demonstrado que a modernidade não deu conta de resolvê-los;
- Precisa-se urgentemente, resignificar o cotidiano escolar por meio da construção de novos diálogos, cujo contexto ninguém esteja excluído, do qual emerja e se consolide o maior de todos os valores da atualidade: o reconhecimento e o respeito pela diversidade humana como base de uma sociedade justa e solidária.

Enfim, verificou-se que, há muito o que dialogar, discutir para agir, mudar e incluir no processo educacional inclusivo dos estudantes com necessidades educacionais específicas no contexto escolar da Educação Profissional e Tecnológica.

## REFERÊNCIAS

BEYER, H. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre:Mediação, 2005

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

\_\_\_\_Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Números da Educação Especial no Brasil**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em 20 abr. 2019.

\_\_\_\_Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC, 1994.

CARVALHO, E. R. **A integração de pessoas com deficiência**. São Paulo: Memmon, 1997.

COLL, C. **Psicologia e currículo: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**. São Paulo: Ática, 1995.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades Educativas Especiais nas classes regulares.** Porto: Porto Editora, 1999 (Coleção Educação Especial, v. 1)

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS.** Brasília: Corde, 1994.

GIL, A. C. **Métodos e Técnica de Pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODÓI, A.M.; GALASSO, R.; MIOSSO, S. M. P. **Saberes e práticas da inclusão:** dificuldades de comunicação e sinalização/deficiência física. Brasília: MEC/SEESP.2008.

GONZÁLEZ, J.A.T. **Educação e diversidade:** bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

JIMÉNEZ, R.B. **Necessidades Educativas Especiais.** 2.ed. Lisboa: Dina livros, 1997.

MADER, G. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, M.T.E. **A integração da pessoa portadora de deficiência.** São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTA, M. J. **Educação Especial no Brasil:** História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

SACRISTÁN, J.G. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCHON, D. A. **Educando o profissional reflexivo:** um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. **Inclusão:** um guia para educadores. Porto Alegre Artmed, 1999.

UNESCO. **Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.** Ministério da Educação e Ciência da Espanha. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Corte. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 1994.

WOCKEN, H. O futuro da educação especial. In: **III CONGRESSO INTERNACIONAL LASSALISTA.** Canoas: Centro Universitário La Salle, novembro de 2003.